

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E PATRIMÔNIO CULTURAL

Francisca Maria Neta
(Pós-Graduada e Professora da UNEAL)
francisca.neta@uneal.edu.br

Resumo: Este trabalho faz um estudo sobre as políticas protecionais na comunidade remanescente quilombola Tabacaria, situada na zona rural de Palmeira dos Índios, município do agreste alagoano. O objetivo é entender como se constitui a memória social e os traços indenitários, através das políticas protecionistas e de direitos adquiridos a partir da Constituição de 1988. O estudo baseia-se nos conceitos de memória, identidade e patrimônio cultural para compreender as relações interpessoais e as práticas socais para elucidar as lacunas instrumentais da análise das fontes documentais e orais. A metodologia está ancorada em análise em fontes orais e documentais produzidos pelos órgãos institucionais para o reconhecimento da comunidade através de entrevistas, relatos e história de vida. Assim, analisar o processo de reconhecimento dos povos de matriz afro-brasileira na conquista por direitos sociais.

Palavras-Chave: Direitos Sociais. Palmeira dos Índios. Remanescentes Quilombolas.

Introdução

O trabalho que pretendemos realizar parte da investigação sobre a maneira como os integrantes da Comunidade Quilombola Tabacaria percebem suas formas de manifestações culturais, seus hábitos e costumes e como estes estabelecem vínculos com o território habitado, considerando que tais percepções são os reflexos do seu cotidiano e das suas práticas enquanto construção coletiva do seu patrimônio.

O estudo parte dos conceitos de identidade, memória e patrimônio para a construção de um conhecimento histórico acerca da comunidade remanescente quilombola, na zona rural do município de Palmeira dos Índios. Nesse contexto, compreender como as

políticas protecionistas são implementadas em áreas de conflitos étnicos, territoriais e políticos.

As análises em torno do projeto de construção nacional, em detrimento dos países hegemônicos, devem ser refletidas na postura dos cidadãos, reforçando a importância de se fazer presente patrimônio material e imaterial, nas singularidades territoriais e construção identitária do espaço histórico e geográfico de pertencimento, valorizando as referências locais.

História, identidade e memória

Para compreender as ações que envolvem esses mecanismos lançaremos mão do estudo das memórias construídas a partir das suas vivências e de sua historicidade. Partimos dos conceitos de Maurice Halbwachs (2006), sobre memória para elucidar as questões acerca da relação com a história, partindo da premissa de que

> A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente do pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivou é capaz de viver na consciência do grupo que mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuímos a matéria de uma tragédia em muitos atos (HALBWACHS, 2006, p. 102)

Por esse pensamento, a história distingue-se da memória e atua por grupos diferentes e só retém do passado o que ainda está vivo. A obra de Halbwachs, "traçava uma clara linha divisória entre história e memória, em benefício de uma abordagem pela memória, que polidamente dispensava o historiador, reivindicando-o a seus arquivos e a sua exterioridade" (HARTOG, 2015, p.159). Entre a história e a memória há uma tênue separação, mas têm significados distintos nas formas de compreensão da realidade social.

A realidade social é, também, uma construção que se funda nas relações sociais e familiares de determinado grupo, sendo, este grupo responsável pela a seleção dos eventos que a modelam. Tal seleção parte de significados que são dados aos eventos e como estes são usados, quando necessários para comprovação da sua identidade, pois como afirma Candau,

> A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se

> conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma a outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAU, 2012, p. 16).

O pensamento de Candau será tomado também como norte nessa pesquisa, pois nos apoiaremos na sua premissa de que a memória e a identidade são indissociáveis, intercruzadas e que uma impulsiona constantemente a outra. Por essa concepção, pode-se afirmar que a identidade é o resultado dos reflexos da memória, pois nossas características estão associadas a eventos, aprendizagens e imagens do passado. A identidade

> não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento e a aparição da espécie humana -, torna-se difícil consentir sobre a preeminência de uma sobre a outra quando se considera o homem em sociedade (CANDAU, 2012, p. 19).

Na Comunidade Tabacaria pretende-se investigar a maneira como aqueles indivíduos se apropriaram das memórias pretéritas para gestar uma identidade que lhes assegure reconhecimento étnico, direitos sociais, reviver um passado e gozar dos benefícios governamentais, mesmo que a título de indenização. Para isso, Halbwachs e Candau oferecerão os conceitos necessários à investigação aqui proposta. Identificada a forma como a memória influenciou a história, o passo seguinte consiste em identificar como esta memoria se converteu em patrimônio e gerou a luta por demarcação e reconhecimento como povo tradicional a partir da ressignificação identitária.

A história enquanto forma de conhecimento elaborado a partir de investigação constitui uma representação do passado; um passado jamais transportado para o presente na sua totalidade, enquanto a memória é a materialidade da representação do passado no presente. A memória é constituída pelas flutuações do presente, pela constituição instaurada pela sociedade que vivencia a realidade do presente. Assim, nem a história e nem a memória são capazes de resgatar o passado na sua íntegra.

Pensando nisso, nosso olhar se voltará para a maneira como o passado se faz presente nas práticas de um grupo de não letrados que se afirma descendente de escravos, refaz seus rituais, elege seus ídolos, mitos e heróis a partir de lembranças herdades de gerações de um passado distante sem vínculos memoriais com a sua contemporaneidade, que tanto podem ter sido ressignificadas quanto adotadas com lacunas e esquecimentos.

Pensar a memória, as lembranças e o esquecimento como formas analíticas de compreender as dimensões humanas nos seus diversos espaços, sejam coletivos, individuais ou universais, são consideráveis avanços na pesquisa social. Por esse

pensamento, os museus, os arquivos, sítios arqueológicos, memoriais, vilas e comunidades passam a ocupar lugar de história e de memória, mais próximos do presente, principalmente sendo convertidos em patrimônio como instrumento para pensar a história e a memória da vida social e cultural dos indivíduos, assim como, correlacionar a territorialidade com o comportamento humano; portanto, o patrimônio liga o passado ao presente.

Retomando o pensamento de Hartog a respeito do patrimônio para compreender a memória e a identidade, na acertiva de que "o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam ambos como vetores da identidade: a palavra-chave desde os anos de 1980" (HARTOG, 2015, p. 195). Destarte, patrimônio, memória e identidade são conceitos centrais e indissociáveis nessa pesquisa que busca investigar a compreensão que os quilombolas, objeto desse estudo, têm de si e do seu território.

Patrimônio cultural e políticas sociais

Ao que se refere a uma política nacional que possa valorizar o patrimônio cultural nacional passa por uma série de fatores. Para (FEITOZA, 2012),

> Uma das razões que levaram o Estado-nação a erigir um patrimônio cultural nacional foi a pressão da classe média, que, desprovida de riqueza e prestígio, desejava ter acesso aos símbolos. Consequentemente, esta classe social levou o Estado a instituir estruturas sociais dedicadas ao patrimônio cultural e ambiental. [...] Uma outra razão para a criação do patrimônio cultural nacional reside na necessidade de equilibrar as lutas de classe, posto que, se cada coletividade instituísse e personalizasse os seus símbolos, certamente haveria a impossibilidade de o Estado controlar todas estas ondas culturais. Perderiam, assim, a classe dominante e o próprio Estado.

Certamente, a luta pela preservação do patrimônio, seja material ou imaterial, tem uma significação de um resgate identitário latente que estão presentes na memória coletiva e que carecem de manifestações sociais. Observando o patrimônio cultural por uma análise da apropriação dos seus conceitos, afirma (GONÇALVES, 2005),

> Nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter "construído" ou "inventado". Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. Esse ponto tem estado e seguramente deve continuar presente nos debates sobre o patrimônio. Ele é decisivo para um entendimento sociológico dessa categoria. Um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados

> por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado) e mais o fato de que uma agência de Estado.

São demandas de políticas públicas que não estão no cerne das prioridades de uma nação economicamente voltada para a competitividade mercadológica. As políticas de conservação patrimonial e de resgates culturais são caracterizadas pelos entraves das prioridades das políticas públicas e os interesses ideológicos.

A conversão da comunidade em patrimônio histórico, além dos conceitos de monumentos e de erguimento de ícones e templos narcisistas; apesar de apresentar a ideia de que "o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do Século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem" (CHOAY, 2006, p. 240), acreditamos que o passado não se reflete integralmente no presente, pois a imagem que se nos aparece é resultado da ação do tempo e da soma de elementos que ele agrega.

A discussão acima apresentada norteará a pesquisa teórica, bibliográfica e conceitual, estando sujeita a ampliação consoante ao desenvolvimento do curso e a realização da pesquisa de campo e documental que serão amparadas nos procedimentos da história oral, documental e imagética.

A comunidade remanescente Quilombola Tabacaria

A história dos quilombos, principalmente a criação do Quilombo de Palmares está ligada à construção de uma sociedade que foge da tutela escravista em busca de uma organização instituída a partir de valores étnicos independentes.

> Os quilombos do Século XVII e os movimentos quilombolas de Século XX são constituídos por realidades históricas correlacionadas, mas não idênticas: ambos representam a luta por um lugar de reconhecimento e de pertencimento, pela conquista de terra e dignidade de moradia e condições de sobrevivência. Certamente são contextos históricos com propostas de embates políticos, sociais e culturais voltados para o seu tempo (MARIA NETA, 2017, p. 13).

Os embates na formação de Alagoas estão presentes desde seus primórdios até sua consolidação, sejam por índios, negros ou europeus. Nesse panorama, as conquistas territoriais e a luta pelo direito à terra são fatores que impulsionam das disputas entres os interesses divergentes dos povos, sejam tradicionais ou contemporâneos.

Já a história da formação de Palmeira dos Índios, situado no agreste de Alagoas, como todo território alagoano é também marcada por disputas pela posse das terras. Os primeiros aldeamentos se dão pelos índios Xuxuru e Kariri e a "Vila de Palmeira dos índios foi criada em 1835 através da resolução Nº 10 de 10 de abril, assinada pelo presidente da Província, José Joaquim Machado" (PEIXOTO, 2013, p. 32). Tal região é extremamente importante para a história de Alagoas porque era rota de fuga de escravos para o Quilombo dos Palmares, o que favoreceu um profícuo contato entre índios e negros, legítimos formadores da identidade local.

Mesmo com a consolidação formal legalmente constituído, "os anos seguintes foram marcados por conflitos e lutas pela posse das terras, pelas invasões das terras indígenas e pela expulsão dos nativos do vale que atualmente abriga a cidade" (PEIXOTO, 2013, p. 41). As disputas no processo de consolidação da posse das terras que estão no entorno da cidade envolvem índios, fazendeiros e quilombolas. A presença de índios e negros em Palmeira dos Índios, apesar da negação pela sociedade local, representa uma parcela significante da população. Esses povos estão à margem da esfera social e são desprovidos de benefícios sociais e civis.

As comunidades remanescentes de quilombolas adquiriram visibilidade na segunda metade do Século XX, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988. Portanto,

> A constituição de 1988 e toda polêmica sobre os remanescentes de quilombo deram visibilidade a uma organização preexistente que possibilitou que esses grupos mantivessem articulados, mesmo que em torno apenas de suas pequenas casas de sapé, de seus quintais e de suas festas, como o caso de São José da Serra. A visibilidade lhes traria aliados e um novo sentimento de identidade (RIOS e MATTOS, 2005, p. 300).

Assim, a Comunidade Quilombola Tabacaria, localizada na área serrana da zona rural do município de Palmeira dos Índios só veio a ser reconhecida posteriormente. O argumento que justifica a luta pelo direito da posse de terras é relacionado à herança histórica e étnica do Quilombo dos Palmares, presente no laudo antropológico assinado pela antropóloga e analista em reforma e desenvolvimento agrário, Mônica Cavalcanti Lepri. Assim,

> Os remanescentes quilombolas da comunidade Tabacaria, no decorrer da sua historicidade, viveram à sombra da prestação de serviços prestados aos fazendeiros, tido como donos das propriedades. Só no ano de 2005 teve emitida a sua Certidão de Auto Reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, através do Decreto n° 4.887 de 20 de novembro de 2013. Nesse decreto, consolida a regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das

> terras ocupadas por remanescentes quilombolas. O título da posse de domínio coletivo foi concedido à comunidade, sob o Número SR-22/001/2016, com 400,01 há em 20/11/2016 (MARIA NETA, 2017, p. 23).

O reconhecimento e a posse de terras são balizas legais, mas entre a reivindicação e a expedição do título existe um longo processo marcado por várias polaridades como silenciamento e afirmação, invisibilidade e imposição de presença, apropriação de discursos e construções identitárias. É nesse conjunto de dualismos que encontramos o mote para esta pesquisa.

No processo de identificação e reconhecimento das Comunidades remanescentes de Quilombolas, o território alagoano por ser historicamente reconhecido como o local de maior referência de revoltas de negros no período colonial, ainda pertencente à Capitania de Pernambuco. Não obstante, as terras que hoje constituem o Estado de Alagoas foram no passado colonial, um espaço propício a refúgios de escravizados, que se justifica pele extensão de terras que a Capitania de Pernambuco administrava e, sobretudo, pela carência de estratégias militares e de fortificação.

Por esse argumento, o Quilombo dos Palmares representa a maior revolta de negros no período colonial, servindo de argumento para as muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar; em que Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica a constantes batalhas em busca de uma identidade étnica. Assim, as Comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, hoje estão identificadas no mapa das comunidades quilombolas em Alagoas.

Dentre as comunidades acima identificadas, a comunidade remanescente Quilombola Tabacaria situa-se zona rural do município de Palmeira dos Índios no agreste de alagoano. A Comunidade por longo período perdeu suas memórias referências identitárias de matriz afro-brasileira, mas que na atualidade representa a comunidade de maior nível de articulação e de consolidação do processo de posse da terra; encontram-se na fase de espera do recebimento do título de posse.

Os moradores da comunidade, nas suas lembranças, relatam que trabalhavam para os fazendeiros locais e faziam plantio de fumo para o próprio consumo nas áreas adjacentes. Com essa prática, os moradores confeccionavam um cigarro artesanal que os denominavam de *tabaco*; passando a ser identificados com da comunidade tabacaria. No entanto, não há um registro oficial dessa referência, mas oficialmente a localidade é denominada de Tabacaria.

Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas no seio do próprio grupo.

Justifica-se esse entendimento de negação e esquecimento quando analisamos o processo de auto-reconhecimento do remanescente de Quilombos na comunidade Tabacaria, em que alguns componentes do grupo não se permitiram ser reconhecido, tendo rompido com seus pares. Compreende-se tal postura pelos valores negados, seja pelo estigma e discriminação e, principalmente, pelo direito a preservação ao seu patrimônio imaterial: seus cantos, suas danças, a religiosidade, ritos e crenças, o modo particular de viver, os vínculos estabelecidos com a terra, as memórias de lutas, conflitos e resistência.

Nesse sentido, para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passam a perceber nos traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então foram negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais.

No entanto, esse resgate não acontece de forma tão rápida, nem tão pouco aceita e divulgada pela comunidade. Existem aspectos estruturais e materiais que impedem as manifestações dessas práticas. A comunidade sobrevive basicamente dos programas sociais do Governo Federal, além do plantio de subsistência. Faltam-lhes recursos para manter as vestimentas que proporcionem uma divulgação digna perante a sociedade, a exemplo da confecção de vestimentas do reisado para os integrantes do grupo.

Portanto, a comunidades remanescente quilombola Tabacaria apesar de mapeadas e reconhecida como quilombolas em Alagoas, ainda encontram-se desassistida de direitos fundamentais de moradia, saúde, assistência técnica e social do poder público. Tal situação coloca em risco as conquista efetivadas, correndo o risco de uma volta a invisibilidade das referências tradicionais e patrimoniais da Comunidade quilombola Tabacaria.

Conclusão

As discussões que se inserem nos debate sobre o patrimônio cultural e territorialidade passam por uma reflexão do processo de civilidade que a humanidade enfrenta. A corrida por índices econômicos e padrão de consumo de alcance das diversas

camadas sociais não são suficientes para proporcionar os direitos constitucionais garantidos de qualidade de vida. Principalmente ao que se refere às tradições culturais de matriz afro-brasileiros.

Porém, as reflexões teóricas sobre os rumos do processo civilizatório assumem uma importância fundamental na construção de saber. As posturas teórico-metodológicas do pensamento social constituem uma postura política diante as explicações e as mudanças que vão desde o âmbito econômico, patrimonial, ecológicas e sociais.

A proposta desse trabalho foi de elucidar, de forma sucinta, as discussões no campo teórico que envolvam as temáticas ligadas às políticas do patrimônio cultural e territorial para compreender o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas, procurando historicizar a formação territorial de Alagoas. Primordialmente, entender como o Alagoas está inserido no contexto nacional das políticas de reparação das comunidades tradicionais.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de janeiro: Editora FGV, 2004.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Cícero Perícles de. **Formação histórica de Alagoas**. 4 ed. Maceió: Edufal, 2016.

CHOAY, Francoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FEITOZA, Paulo Fernando de Britto. **Patrimônio Cultural da Nação: Tangível e Intangível**.http://www.revista.uea.edu.br/old/abore/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%Feitoza.pdf. Acessado em 20/06/2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as Culturas como Patrimônio**. Porto alegre: Horizontes Antropológicos, ano 11, n. 23, jan/jun 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidades**: presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Souza de Menezes *et all*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção História e Historiografia)

MARIA NETA, Patrimônio histórico e cultural: a comunidade remanescente quilombola Tabacaria. IN: MARIA NETA; PEIXOTO (org.). **Alagoas nos trilhos das memórias: imagens, patrimônios e oralidades**. Libertas: Recife, 2017.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativeiro**: família, trabalho e cidadania na pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.